

ILAN PAPPE

HISTÓRIA DA PALESTINA MODERNA

UMA TERRA, DOIS POVOS

TRADUÇÃO DE ANA SALDANHA

Ana Saldanha

CAMINHOS NOSSO MUNDO

Nota da edição portuguesa

A grafia seguida nesta edição para nomes e topónimos é a do autor. Exceptuam-se raros casos em que a grafia portuguesa está estabelecida ou em que existe grafia de tal modo generalizada que o emprego de outra poderia causar confusão ou induzir em erro os leitores.

*Para Ido e Yonatan, os meus dois queridos filhos.
Que possam viver numa Palestina não só moderna mas também em paz*

HISTÓRIA DA PALESTINA MODERNA

UMA TERRA, DOIS POVOS

Autor: Ilan Pappé

Design gráfico: José Serrão

Fotografia da capa: © M. Asser

Título original: *A History of Modern Palestine — One Land, Two Peoples*

Publicado por acordo com The Press Syndicate of the University of Cambridge

Edição original publicada em 2004

Tradução: Ana Saldanha

© Ilan Pappé 2004

Direitos de tradução para Portugal reservados

por Editorial Caminho, SA, Lisboa — 2007

Tiragem: 2000 exemplares

Impressão e acabamento: Tipografia Lousanense, L.^{da}

Data de impressão: Abril de 2007

Depósito legal n.º 257 504/07

ISBN 978-972-21-1877-4

www.editorial-caminho.pt

Livro impresso em papel *offset standard*
da Soporcel, amigo do ambiente

Entre a tirania e a guerra (1900-1918)

Nas primeiras décadas do novo século, as mudanças acima debatidas tornaram-se parte integrante e aceite da vida de quase toda a população da Palestina. A Palestina já era «moderna», ou pelo menos modernizada. Contudo, avizinhavam-se mais perturbações. A Palestina estava prestes a entrar na Grande Guerra, da qual seria um palco secundário mas sangrento. A guerra foi um acontecimento que tudo abrangia, enquanto o impacto da actividade política anterior e posterior somente viria a ser sentido mais tarde.

Este período iniciou-se nos últimos anos do reinado de Abdul Hamid, que terminou em 1908. Ele era um tirano reaccionário, que se opunha a muitas das reformas introduzidas pelos seus antecessores após 1839. Algumas das reformas quase se perderam quando Abdul Hamid expulsou, executou ou simplesmente marginalizou os reformadores. Contudo, ele não era um reaccionário convencional. Transformou o império, mas à sua maneira. Expandiu a infra-estrutura ferroviária, introduziu impostos directos e o serviço militar obrigatório e promoveu a ideia da cidadania otomana ⁽¹⁾. Ao contrário dos seus antecessores, preocupava-o a lealdade dos seus súbditos árabes. Nessa altura, estava a perder a lealdade de muitos grupos dentro do império — entre os quais os gregos, búlgaros e arménios — e esperava que, apresentando-se como um califa muçulmano renascido, induziria os árabes a manterem-se sob o seu jugo. O seu império contraía-se a um ritmo alarmante. Tornara-se simultaneamente presa da cobiça colonial europeia e das aspirações nacionais de grupos étnicos e religiosos. O próprio Abdul Hamid contribuiu para transformar o nacionalismo numa força de divisão dentro do seu império ao tentar promover junto dos muitos povos que constituíam o mundo otomano a noção de «nacionalismo otomano». Esta estratégia não despertou qualquer simpatia entre os seus súbditos, tendo mesmo a ideia de uma identidade oficial imposta do exterior contribuído para acentuar as já fragmentadas contra-identidades. Ao cons-

tatar que o seu pan-islamismo e pan-otomanismo não se revelavam persuasivos, Abdul Hamid empregou métodos mais coercivos. Estabeleceu um Estado policial que recorreu à violência para centralizar o império, confrontando e destruindo quaisquer forças que ameaçassem fazê-lo desmoronar ⁽²⁾.

No âmbito deste Estado policial, a integração da economia palestiniana local na economia mundial prosseguia a sua marcha desimpedida. Tal significava que, até ao momento em que a guerra bateu à sua porta, os camponeses da Palestina continuaram a lutar contra uma perda inevitável de auto-suficiência, quer nas suas próprias terras quer em terras arrendadas a outros. Nos primeiros catorze anos do século xx tornaram-se assalariados rurais em cada vez maior número, transformando-se muitos em mão-de-obra indiferenciada na periferia dos centros urbanos da Palestina.

O regime de Abdul Hamid tornou-se também mais intervencionista na vida dos seus cidadãos, tanto no campo como nas cidades. Este intervencionismo traduzia-se em contactos mais frequentes e indesejados do povo com cobradores de impostos e recrutadores de trabalhadores para obras públicas. Verificava-

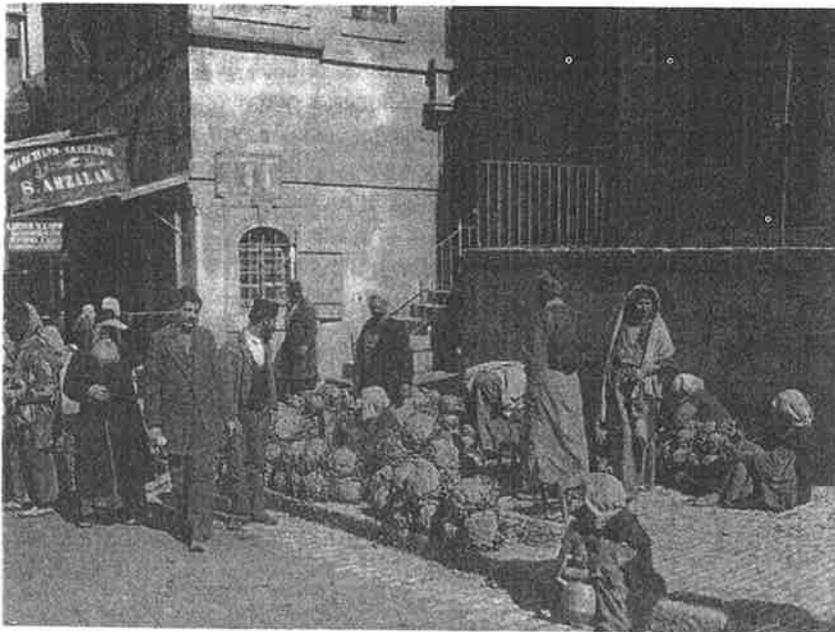


Figura 1. Palestinos e judeus no mercado de Jerusalém junto à Porta de Jaffa, cerca de 1900

-se igualmente um maior número de contactos com estrangeiros, o que, no caso das mulheres, gerou um movimento no sentido de uma severidade no traje que, a fazer fé nas pinturas e relatos de viajantes, não existira antes. No entanto, entre as mulheres cristãs o encontro com um meio estrangeiro deu origem a uma relativa politização, conduzindo à fundação da primeira associação de mulheres na Palestina, em 1903, e à saída das mulheres da sua existência doméstica restrita ⁽³⁾.

O Estado exigia também reconhecimento e gratidão. Relatos de testemunhas deste período afirmam que o povo se ressentia com o estilo megalómano de Abdul Hamid. Um dos seus caprichos mais detestados era a celebração anual, a 19 de Agosto, do aniversário da sua ascensão ao poder (na sequência da morte em circunstâncias suspeitas do seu irmão, Abdul Aziz II). A Palestina era obrigada a rejubilar em memória deste incidente vergonhoso, com demonstrações cheias de cor e danças ao som de marchas militares. Sobre os que se recusavam a participar recaía a suspeita de serem inimigos do Estado, arriscando-se a serem detidos e até mesmo mortos às mãos da polícia secreta ⁽⁴⁾.

No entanto, Abdul Hamid tentou também em vários aspectos incentivar a cooperação da população local, o que abriu caminho para a politização da elite urbana da Palestina. Nos seus últimos anos como sultão, as cidades da Palestina mudaram radicalmente, surgindo uma nova Palestina para os notáveis e dignitários urbanos. O sultão estimulava-os a procurarem postos administrativos mais altos, elevarem o seu estatuto e melhorarem a sua posição económica. Hamid considerava-se também, sob a influência do grande reformador islâmico Jamal al-Din al-Afghani, um defensor do pensamento islâmico moderno. Para os sectores mais cultos e académicos da elite, tanto na Palestina como noutras partes do mundo árabe e muçulmano, tal traduzia-se na adopção de uma nova identidade pan-islâmica. Embora não conseguisse salvar o sultanato de Abdul Hamid, isto marcou o início de uma nova fase na história do Médio Oriente.

As primeiras décadas do novo século produziram mudanças mais acentuadas na vida da nobreza urbana. Ou, para ser mais exactos, deveríamos dizer que temos provas mais pormenorizadas dessas mudanças, o que possivelmente contribui para uma descrição mais completa do seu modo de vida. Como grupo, incluindo famílias *a'ayan*, famílias urbanas abastadas e grandes proprietários, pareceram sofrer um processo de politização a partir de 1914. Os senhores rurais eram agora uma nova raça. Não podem já ser considerados como xeqes semifeudais, mas antes como grandes proprietários de terrenos rurais, residindo muitos deles fora da Palestina, em cidades do Levante. As vésperas da guerra vieram encontrá-los a consolidarem a sua riqueza e a tentarem traduzi-la em poder político, embora com muito pouco êxito.

O grupo mais ousado no seio das elites era constituído por jovens membros das famílias urbanas, que por esta altura começaram a voltar-se para o conceito de nacionalismo. (A construção de uma consciência nacional é um processo quase místico. É particularmente difícil especificar os seus inícios e mecanismos. A sua história na Palestina, ou antes a história do seu nascimento na Palestina, não é muito diferente da do nacionalismo árabe em geral. De acordo com alguns relatos, foi na década de 70 do século XIX que um número crescente de intelectuais árabes em várias cidades da Síria, do Líbano e da Palestina desafiaram o poder otomano nos seus países. (Estes relatos têm sido recentemente alvo de contestação. Alvitra-se que o seu número não era muito grande e que para muitos intelectuais a *Pax Ottomana* era uma realidade aceitável.) Os que contestavam o otomanismo começaram a reinterpretar o mundo à sua volta em termos árabes, não otomanos. Esta re-identificação da Palestina como um país árabe não conduziu inicialmente a uma rebelião aberta contra os otomanos, mas foi suficiente, quando articulada abertamente, para causar fricção. Quando estas novas ideias apareciam em panfletos e petições, exprimiam a vontade ambivalente de abandonar o império e no entanto de permanecer na sua esfera de influência. Era o tipo de ambiguidade reconhecida por muitos teóricos do nacionalismo: a necessidade simultânea e contraditória que um movimento nacional tem de depender da história e ao mesmo tempo de se dissociar dela. Esta necessidade foi eloquentemente descrita por Homi Bhabha em relação ao mecanismo encontrado na narrativa nacional, mesmo após maturação: «A história talvez esteja meia feita porque se encontra no processo de ser feita.»

Mas era mais do que uma mera percepção da realidade. Era, como no caso dos primeiros sionistas na Europa, uma sensação partilhada por apenas alguns e discutida em associações nacionais secretas reunidas pela primeira vez provavelmente cerca de 1875 no Líbano, Egipto e Síria. Muito poucos palestinianos participaram inicialmente nestes encontros, mas gradualmente o seu número foi aumentando. Eram um grupo suficientemente grande para poder pregar estas ideias e espalhá-las junto de outros palestinianos. Além disso, a Palestina era agora um país aberto, e os que podiam viajar tornavam-se muito influentes, com fácil acesso a Istambul, Beirute e Damasco.

A consciência nacional produziu as primeiras aspirações de autonomia dentro do império e inflamou a imaginação com visões de independência e de um glorioso passado pan-árabe reconstruído. Estas ideias demoraram algum tempo a transformar-se numa plataforma política com a qual as pessoas de todo o mundo árabe pudessem identificar-se. No final do século anterior, somente no Egipto estas ideias tinham amadurecido e o nacionalismo se tinha transformado num discurso e numa razão para a acção política.

A Palestina nos últimos anos de Abdul Hamid (1900-1918)

A situação na Palestina era muito diferente. Embora Abdul Hamid fosse odiado, a dinastia otomana e o otomanismo eram uma parte integrante da vida, conhecida e aceite. Tinha de se resistir a um governante otomano excepcionalmente mau, reformá-lo ou afastá-lo, mas tal não significava a remoção total do otomanismo da Palestina. Além disso, Abdul Hamid não era anti-árabe, como o seriam os Jovens Turcos. E assim podia sempre contar com o apoio, se não a simpatia, da elite árabe urbana, que não queria perder o seu lugar na *Pax Ottomana*. Por conseguinte, ao procurarmos o nacionalismo na Palestina pré-1908, encontrá-lo-emos nas margens. O seu campo de operações mais significativo era o sistema privado de educação das missões. Este sistema tem frequentemente sido descrito como secular, mas este termo é algo enganador. Era secular na medida em que não proporcionava uma educação muçulmana; era religioso visto que os missionários cristãos eram responsáveis por uma parte importante dele. Embora seja difícil de avaliar o êxito obtido pelos missionários nas suas tentativas de conversão, provavelmente era bastante reduzido quando comparado com as aspirações originais das igrejas em questão. Contudo, os missionários foram bem sucedidos na apresentação do mundo europeu aos estudantes muçulmanos, uma apresentação que abriu caminho para o ascenso do Islão secular, tão característico de muitos palestinianos muçulmanos hoje em dia (apesar do contra-ascenso do fundamentalismo islâmico). Termos contraditórios como «muçulmanos seculares» e «judeus seculares» podem ser acrescentados à longa lista de paradoxos resultante das realidades nacionalistas em desenvolvimento no mundo moderno.

A educação privada na Palestina foi uma consequência indirecta de um protesto de sacerdotes locais, tanto católicos como anglicanos, que exigiam a independência em relação a Roma e Cantuária, respectivamente. Os árabes anglicanos foram mais bem sucedidos do que os seus homólogos católicos ou ortodoxos, e foi no seu seio que a mini-rebelião ocorreu. Provavelmente porque eles próprios não se opunham ao controlo local da infra-estrutura da igreja na Palestina, os representantes britânicos acederam aos desejos dos professores que pretendiam arabizar os colégios anglicanos. As escolas anglicanas tinham sido criadas como simples missões, mas alteraram a sua designação na sequência desta iniciativa e passaram para as mãos do Palestine Native Church Council [Conselho de Igrejas Nativas da Palestina], uma organização de sacerdotes palestinianos dependente do bispo em questões espirituais mas não em matérias sociais ou educacionais⁽⁵⁾.

Em finais da época hamidiana, a igreja anglicana contava trinta escolas na Palestina, principalmente em Jerusalém, Nablus e Nazaré. A um nível mais

individual, alguns professores das escolas privadas ortodoxas e católicas funcionaram como precursores do nacionalismo ao introduzirem materiais que ultrapassavam os requisitos de uma escola missionária, contribuindo, à semelhança das escolas anglicanas, para a disseminação da educação europeia, secularizando e politizando a elite local instruída. Concentrar-me-ei em Jerusalém, já que foi o centro do nacionalismo palestino embrionário. Mais especificamente, o St George's College de Jerusalém merece um lugar especial no panteão de instituições nacionais formativas da Palestina. Um número considerável de filhos da elite muçulmana frequentava esta escola. Entre eles encontravam-se os Husaynis e os Khalidis, os dois grandes clãs que partilhavam entre si as mais poderosas posições sociais, políticas e económicas conferidas pelos otomanos à elite local. O colégio de St George e os seus equivalentes em Jaffa, Haifa, Nablus e Nazaré moldaram a visão do mundo dos que viriam a formar a elite social do movimento nacional palestino. Foi durante alguns anos a escola de Amin al-Husayni, o Grande Mufti dos anos do Mandato e líder reconhecido do movimento nacional palestino até 1948.

Estas escolas produziram a futura geração de líderes nacionais; semearam, também outros valores, mais universais, na mente dos seus alunos. Estes valores levaram os que escolheram carreiras como engenheiros, médicos, escritores e académicos a adoptarem uma atitude moderada em relação à tradição e à modernidade. Contudo, os diplomados mais virados para a política começaram a tomar parte activa na vida pública após a revolução de 1908. Neste período de conturbação política e de mudança, a inércia e indecisão usuais não eram uma opção praticável para quem pertencesse à elite.

Os elementos da geração anterior andavam atarefados a explorar as novas vias que o regime hamidiano lhes abria. A *Pax Ottomana* significava que o acesso a certas carreiras era exclusivo dos notáveis. O que é assinalável neste grupo é que num curto período de tempo foi capaz de reagir com prontidão ao drama político da época. Viu-se obrigado a alterar antigos padrões de comportamento, primeiro em face da revolução dos Jovens Turcos e mais tarde sob a ocupação britânica. Este grupo assumia agora um papel político, distinto das suas anteriores funções religiosas e sociais. Assumiram este papel em nome do nacionalismo árabe. Em resumo, os principais notáveis da era hamidiana viriam a tornar-se agentes do nacionalismo durante o Mandato. Supervisionariam a nacionalização da sua sociedade e contribuiriam também para a sua destruição. Esta é a razão pela qual a sua imagem na cultura nacional e na narrativa palestina contemporânea é tão ambivalente.

Cada família de notáveis merece a sua história, mas a transformação foi em tal medida idêntica para todas as famílias que é possível detectar tendências comuns. Dois indivíduos destas famílias exemplificam esta similaridade nos

padrões de continuidade e progresso. Haj Tawfiq Hammad, de Nablus, conseguiu em pouco tempo tornar-se membro do parlamento otomano, presidente da câmara da sua cidade e figura de proa em três partidos com orientações ideológicas incompatíveis (pró-Síria, pró-Husayni e anti-Husayni). O período em que viveu era instável, mas existia uma abertura que encorajava os indivíduos a experimentarem mais do que uma orientação política e a mudarem de posição ideológica com relativa facilidade. O segundo exemplo, Musa al-Husayni, de Jerusalém, conseguiu tornar-se funcionário superior do ministério otomano da Saúde, em Istambul, e seguidamente governador de Jaffa, Safad, Aleppo, Acre e Ajlun, tudo isto entre 1881 e 1892. Atingiu posições ainda mais elevadas na hierarquia otomana, servindo no Iraque, na Península Arábica, na Anatólia e no Huran. Em 1918 tornou-se presidente da câmara de Jerusalém, foi deposto pelos britânicos e posteriormente foi presidente de várias conferências nacionais palestinianas, encabeçando as suas delegações a negociações em Londres com o governo britânico, até à sua morte na década de 30 do século xx.

A lealdade dos notáveis à ordem hamidiana era generalizada e somente foi posta em questão por aqueles a quem poderia chamar-se intelectuais nacionalistas, e não, como no caso do Egipto, por «notáveis nacionalistas». Foi somente após o desaparecimento do Império Otomano que os notáveis aderiram inequivocamente ao movimento nacional e o lideraram. Este comportamento não se verificou exclusivamente na Palestina. Em várias zonas do mundo árabe, os notáveis das cidades aceitaram Abdul Hamid como seu soberano legítimo, adiando assim, de certa forma, o surgimento do nacionalismo árabe.

Na Palestina, Abdul Hamid era apoiado pela *a'ayan* local graças à sua percepção do papel tradicional que esta desempenhava. A *a'ayan* não foi afectada pelo seu zelo centralizador, que se dirigiu contra os xeques da Palestina rural e as tribos beduínas nas zonas mais áridas. Os beduínos foram deixados em paz ao longo da maior parte do período do Tanzimat, mas a sua hora chegou durante a era de Abdul Hamid. Foram forçados a transformar a sua *dira*, o nome dado à sua área de habitação, em terra registada no *tapu* (o registo estatal de terras e propriedades ainda em uso na Palestina e em Israel), um processo que reduzia a área a que podiam chamar sua ⁽⁶⁾. Alguns sentiram-se tentados a fixar-se, iniciando-se um período de sedentarização que os deixou num limbo insatisfatório e perturbante entre velhas e novas formas de vida, um problema ainda hoje sofrido pelos beduínos em Israel.

A elite urbana beneficiou do declínio dos xeques e dos beduínos. Assim, não perdendo a *a'ayan*, Abdul Hamid neutralizou um grupo potencialmente proto-nacionalista. O seu único motivo de queixa parece ter sido a relativa liberdade de movimentos que Istambul concedeu aos cônsules estrangeiros na Palestina, mas isto não era suficiente para despertar o tipo de sentimento

nacionalista comum que conduz a uma insurreição contra a autoridade. O movimento demorou algum tempo a tomar forma porque os notáveis urbanos jamais tinham aceite o domínio egípcio na década de 30 do século XIX e na década de 90 não queriam abandonar o mundo árabe-otomano que conheciam.

A chegada do sionismo

Os elementos da *a'ayan* tinham consciência, mas não se opunham activamente, da ameaça do sionismo na era hamidiana. Consideravam-no como mais uma vaga de colonos europeus, não muito diferentes dos missionários, cônsules e empresários europeus que os tinham precedido e eram encarados como um perigo potencial para o estatuto económico e social da nobreza e da elite. Sempre que qualquer dos grupos tentava desbravar novos territórios, como por exemplo a construção de uma escola anglicana em Nablus, ou a apropriação de terras nos vales, como faziam os sionistas, o ressentimento local exteriorizava-se sob a forma de manifestações ou petições ao governo, e somente em casos extremos tomava a forma de ataques físicos aos recém-chegados (7).

A nobreza palestina no seu conjunto, provavelmente mais do que os camponeses ou a população citadina, foi a primeira a tomar contacto tanto com as tentativas diplomáticas dos sionistas como com as suas actividades mais pragmáticas no terreno. Tomou conhecimento das primeiras através da imprensa egípcia, libanesa e turca. Confrontou-se com as últimas na sua qualidade de proprietários agrários quando posta perante ofertas sionistas de compra de terras, ou como líderes religiosos, por exemplo quando o Mufti de Jerusalém, Taher al-Husayni II, foi solicitado a pronunciar fatwas (éditos religiosos) contra eles. Os primeiros encontros de outros notáveis com o sionismo ocorreram na sua qualidade de membros dos municípios locais, onde aprovaram resoluções requerendo às autoridades que impedissem a compra de terra por judeus. Contudo, alguns deles também vendiam terras aos judeus quando recebiam boas propostas. Se o sionismo acelerou a cristalização do nacionalismo palestino, não criara ainda a atmosfera nacional coerciva necessária para que os indivíduos se sentissem obrigados a comprometerem os seus interesses pessoais em face de uma vontade colectiva.

Só nós, retrospectivamente, é que podemos apreciar a significativa mudança de orientação que ocorreu no seio do sionismo; é duvidoso que os líderes urbanos da comunidade palestina conhecessem esses desenvolvimentos. O movimento transformou-se num factor mais potente nos assuntos da Palestina após o singular sucesso de Herzl ao aliá-lo à Grã-Bretanha e o fracasso da sua tentativa de persuadir os sionistas a concordarem em instalar-se no Uganda.

Até ao fim da sua vida, Herzl acreditou que o sionismo não poderia ser bem sucedido sem o beneplácito duma potência europeia. Constatamos actualmente que ele tinha razão e que escolheu o aliado correcto, a Grã-Bretanha. Era uma escolha lógica, dado o recente interesse britânico pelo Médio Oriente, um interesse colonialista que se iniciou com a ocupação do Egipto em 1882, mas não terminou aí. Os residentes britânicos no Cairo e uma linha de pensamento expansionista no Colonial Office [Ministério das Colónias] em Londres encaravam a Palestina como uma futura aquisição britânica, caso o Império Otomano se desmoronasse. Um tal desmoronamento era agora uma clara possibilidade, em tempos receada pelos responsáveis políticos britânicos como fórmula para uma guerra europeia, mas para o qual a própria Grã-Bretanha contribuiu na década de 80 do século XIX com a ocupação do Egipto otomano. Se os judeus, à semelhança dos missionários anglicanos, podiam facilitar a expansão britânica na terra da Palestina, deviam ser bem acolhidos. A viragem pró-sionista na política britânica para o Médio Oriente no final do século XIX foi o resultado de uma combinação de novas percepções coloniais da realidade global e de velhos conceitos teológicos que relacionavam o regresso dos judeus à Palestina com a segunda vinda do Messias. Herzl conseguiu inflamar a imaginação colonialista e evangelista britânica ao oferecer ao governo britânico a oportunidade de transformar a árida zona de El-Arish, perto de Gaza, num oásis sionista. Tudo o que faltava, explicou, era um canal que trouxesse água doce do Nilo. Contudo, o governador britânico do Egipto, lorde Cromer, um ardente utilitarista, não se deixou impressionar por estas visões, e a sua objecção conduziu ao fracasso do plano (8).

Herzl estava agora desesperado. Experimentou uma outra via, a última antes da sua morte em 1904. Procurou obter o auxílio britânico para a instalação de um Estado judeu temporário (ou seja, um Estado que acabaria por ser transferido para a Palestina) na colónia britânica do Uganda, proposta que foi seriamente considerada por alguns políticos de Whitehall. Propôs o Uganda por razões tácticas, mas a sua sugestão pareceu a muita gente do seu movimento uma traição ao sionismo. Haim Weizmann, o líder dos «sionistas territoriais», frustrou o plano do Uganda. Afinal, fora Herzl quem santificara a Palestina ao definir o nacionalismo judeu como sionismo, irrevogavelmente ligado à colonização da Palestina (Sião). Criara uma bitola pela qual seriam medidos o patriotismo ou a lealdade à causa do nacionalismo judeu. Qualquer acto antipatriótico era tratado como em qualquer outro movimento nacional — com desprezo e hostilidade (9).

Algo da nova vitalidade e energia sionistas deve ter deixado a sua marca nos elementos da elite urbana interessados pela política. Essa é provavelmente a razão pela qual os protestos palestinos contra o sionismo se tornaram mais

evidentes após 1904 e foram bastante bem orquestrados pelos poucos representantes palestinos no parlamento turco, reaberto em 1908 após a sua suspensão por Abdul Hamid. Estes representantes tentaram, por vezes com êxito, fazer aprovar legislação para controlar o expansionismo judeu na Palestina. Contudo, os colonos continuavam a chegar e lançavam os alicerces da comunidade sionista. Apenas se deparariam com séria oposição após o final da Primeira Guerra Mundial.

No início do século xx havia doze colonatos sionistas na Palestina. A terra tinha sido comprada a proprietários abastados, dentro e fora da Palestina. Em 1903, em terra adquirida perto da aldeia de Zamarin, na costa mediterrânica, na colónia de Zichron Yaacov, reuniu-se a primeira assembleia de Benei Israel em Eretz Israel, presidida por Menachem Usishqin. Usishqin era um sionista por excelência, um judeu russo de quarenta e poucos anos que fora um dos primeiros Hovevi Zion, a primeira associação judaica a considerar a fixação na terra da Palestina como grupo nacionalista. Usishqin lançou os alicerces da infra-estrutura organizativa da comunidade judaica. Sob a sua orientação, apareceram organizações profissionais lado a lado com as organizações políticas, preparando o caminho para uma presença sionista mais permanente na Palestina.

Após a morte de Herzl, diferentes personalidades dominaram a cena sionista, muitas delas judeus alemães, já que, até à Primeira Guerra Mundial, a sede do movimento sionista se localizava em Berlim. Uma dessas personalidades foi Arthur Rupin, cuja chegada à Palestina e subsequentes actividades aceleraram o ritmo da fixação judaica⁽¹⁰⁾. Era economista, sociólogo e líder do movimento de colonização sionista da Alemanha. Emigrou para a Palestina em 1908 e fundou alguns dos principais grupos sionistas participantes na colonização. Rupin serviu-se destas novas estruturas para a compra activa de terra. A jóia da coroa do projecto foi a aquisição de uma grande parte do monte Scopus em Jerusalém. Em 1913, Rupin comprou os terrenos a lord Grey-Hill, um inglês pró-sionista que chegara em 1875 e ali construíra uma estância de Verão. A Universidade Hebraica de Jerusalém foi construída nos terrenos da sua mansão em 1920.

Rupin representava a gente da Segunda Aliya. A primeira vaga (1882-1903) não conduziu a quaisquer mudanças significativas quer na vida dos judeus quer na dos palestinos na Palestina otomana. A segunda, no entanto, coincidiu com a desintegração do Império Otomano e sua substituição por um sistema político turco moderno. Chegou, pois, num momento histórico mais apropriado, num intervalo entre o velho e o novo mundo, e pôde influenciar a situação na Palestina. Os colonos combinavam o nacionalismo judeu com o socialismo e discutiam entre si qual dos dois deveria ter prioridade, um debate

que criou os dois primeiros partidos sionistas na Palestina⁽¹¹⁾. Este debate resultou também em diferentes modos e tipos de colonização colectiva, o mais famoso dos quais foi o *kibbutz*. Contudo, deve acrescentar-se que a maior parte dos sionistas não se sentiam atraídos pela agricultura ou pela vida no campo e preferiram fixar-se nas cidades da Palestina, onde o colectivismo era praticado não tanto como modo de vida quanto através da filiação em organizações sindicais fortes.

Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, o sionismo era ainda um projecto colonialista motivado por emoções nacionais. A prescrição de ideologias variava de acordo com o interesse económico dos recém-chegados pela terra. Os colonatos colectivos sublinhavam o aspecto nacional. Os proprietários privados de terras preferiam uma versão atenuada do nacionalismo; pretendiam um território judeu de grandes dimensões, mas contentavam-se com um fluxo moderado de imigrantes. Esta posição resultava de preferirem empregar trabalhadores palestinos em vez de judeus, por estes últimos terem mais consciência dos seus direitos laborais. Os trabalhadores palestinos não exigiam salários altos e estavam mais qualificados para o trabalho nas plantações⁽¹²⁾.

Para fins nacionais, os líderes do empreendimento sionista incluíam a velha *millet* judaica da Palestina como parte integrante da comunidade, que era chamada Yishuv (assentamento). Numa análise retrospectiva, dada a forma como o conflito inter-nacional na Palestina se desenvolveu, esta estratégia parece justificada. Contudo, naquele momento as duas comunidades eram distintas. Os judeus veteranos da *millet* eram uma população urbana indígena e estritamente religiosa. Não acolheram de bom grado os recém-chegados e não podiam aceitar, nomeadamente, o modo de vida secular dos imigrantes que chegaram à Palestina após 1905 (muitos deles judeus russos em fuga após a fracassada revolução desse ano). Não deve esquecer-se que os líderes e ideólogos sionistas pretendiam tanto reformar os judeus veteranos quanto reinventar o novo judeu da Europa no solo palestino.

Que não existia só uma comunidade judaica é demonstrado pelas constantes lutas e pequenas guerras entre os recém-chegados e os veteranos. As relações intrincadas entre os sionistas e as autoridades também complicavam a vida da comunidade judaica existente. Este grupo, tudo menos revolucionário na sua posição, sentira-se muito mais seguro após a introdução das reformas do Tanzimat, e estivera ainda melhor no período de Abdul Hamid II e dos Jovens Turcos⁽¹²⁾. Os judeus veteranos encaravam o sionismo como uma heresia e uma ameaça ao código ético do judaísmo por defender a secularização como meio de salvação. Contudo, para a velha comunidade judaica da Palestina, a secularização representava uma evolução imoral. Por consequência, procuravam sinais de degradação moral na conduta dos recém-chegados. Não deve

ter sido fácil, visto que, tanto quanto sabemos, os primeiros sionistas eram bastante puritanos. No entanto, os judeus ortodoxos decidiram que o aparecimento de prostitutas judias, segundo eles pela primeira vez na história, somente poderia atribuir-se ao sionismo.

Em Jaffa, as lutas constantes entre judeus ashkenazis (recém-chegados da Europa de Leste) e judeus sefarditas (membros veteranos da *millet* judaica otomana) eram quase incontroláveis. Os ashkenazis fizeram sentir a sua presença expandindo Jaffa, acrescentando-lhe dois novos bairros e alguns pequenos negócios e oficinas. Contudo, tanto em Jaffa como noutras comunidades judaicas, as principais disputas eram causadas por rivalidades políticas entre rabis, que tomavam a forma de debates jurídicos religiosos, por exemplo relativamente a métodos de matar animais, ritos de enterros e outros. Na realidade, tratava-se de uma competição pelo domínio da vida e da política da comunidade.

Os judeus ortodoxos tinham uma presença particularmente forte em Jerusalém e não acolheram os sionistas de bom grado, nem tão pouco os sionistas pretendiam instalar-se aí. Construíram a sua própria cidade moderna e secular, Tel Aviv. Sessenta e seis sionistas entusiásticos, que se contavam entre os primeiros a criar os colonatos com o auxílio do barão de Rothschild, fundaram a cidade numa manhã de sábado de Julho de 1907. Começou por uma mansão chamada Ahuzat Bayit, a que foi dado o novo nome de Tel Aviv. Qeren Ha-Qayemet (o Fundo Nacional), a principal agência financiadora sionista, emprestou o dinheiro. No Verão seguinte foram construídos os primeiros edifícios. Quase um século depois, no início do século XXI, após uma história tortuosa, a sociedade judaica de Israel voltaria a dividir-se entre a Jerusalém ortodoxa e a Tel Aviv secular, como se o tempo tivesse parado.

Em 1909, os sionistas pediram outro empréstimo a um banco local, compraram terra e começaram a construir mais casas. As primeiras crianças não tardaram a nascer; acrescentou-se uma escola, Gimnazia Herzlia, que durante muito tempo foi o principal liceu do país. Iniciou-se assim uma presença insular sionista muito particular na Palestina. Tel Aviv era o centro da actividade sionista, muito mais do que Jerusalém, e, como era exclusivamente judaica, permitiu à empreendedora liderança sionista realizar os seus sonhos para o país no seu conjunto.

Os imigrantes da Rússia constituíam o factor motivador na nova cidade. Eram na sua maioria judeus que tinham fugido ao recrutamento no exército do tsar ou que, como Aharon Eitin, o fundador da primeira tipografia em Tel Aviv, tinham passado anos no exército antes de chegarem à Palestina⁽¹⁴⁾. O seu modo de subsistência baseava-se no trabalho manual especializado. Tinham chegado da Rússia com a sua especialização ou tinham-na adquirido aqui, e ela

proporcionava-lhes uma base para uma economia independente que, embora requeresse interacção com a população indígena, transformava os sionistas em fornecedores e não somente receptores. Era um processo de integração na Palestina que não podia ser contrariado por políticas hostis como as utilizadas pelos turcos contra a aquisição de terra ou a imigração.

As actas da fase inicial do conselho de Tel Aviv revelam um mundo burocrático no qual os membros faziam frequentes perguntas sobre o procedimento correcto quanto a contratos de arrendamento, pagamento de empréstimos e autorizações para novos empreendimentos. O sabbath era observado, mas não de forma fanática. Era proibido criar galinhas dentro de casa e não era permitido jogar dominó nas esplanadas dos novos cafés e no hotel da avenida marginal. Havia também um grande número de músicos entre os primeiros residentes de Tel Aviv, a quem se pedia que deixassem de tocar às dez da noite. Os mendigos estavam proibidos de vaguear pela cidade. O primeiro cinema abriu em 1914. Certas partes da cidade pareciam tiradas da Europa Central. Mesmo durante 1948, algumas zonas boémias e hedonísticas de Tel Aviv não participaram na guerra de sobrevivência⁽¹⁵⁾.

Tel Aviv era a antítese da vida comunitária socialista dos colonatos. A sua importância devia-se também ao facto de muitos dos imigrantes pré-1905 terem vindo em busca de emprego e não de terra. Tal compreende-se se tivermos em conta a sua limitada existência nas zonas de judeus das cidades da Europa de Leste, onde somente lhes era permitido um certo número de ocupações: angariadores, agentes, banqueiros, usurários e outras. Esta gama ocupacional em si, tanto quanto a religião cristã ou a xenofobia, contribui para explicar o anti-semitismo predominante na Europa na altura.

Os que chegaram após 1905 pretendiam transformar a ocupação da terra no principal impulso do sionismo na Palestina. Eram veteranos do movimento socialista da Europa de Leste e o sonho que pretendiam realizar não era somente nacional mas também comunal. A situação no terreno significava que tinha de ser tomada em consideração a correlação de forças entre os recém-chegados e a população indígena. Já não havia lugar para o tipo de colónias de plantação do período anterior a 1905, e não havia esperanças de sobreviver se fosse dada uma ênfase excessiva à privacidade e prerrogativas pessoais. As colónias estritamente comunais e centradas nos judeus eram a resposta. Em consequência, iniciou-se uma luta séria e violenta contra os judeus que empregavam trabalhadores árabes. Na Galileia, perto do monte Tabor, foram encontrados cinco árabes entre quarenta trabalhadores judeus numa propriedade agrícola conjunta chamada Sejra. O proprietário foi ameaçado de violência e cedeu. Posteriormente foi assassinado, provavelmente por um dos palestinianos que despedira⁽¹⁶⁾. Para contornar a proibição de empregar palestinianos,

tomou-se a decisão de empregar árabes de um tipo diferente, árabes judeus. A primeira leva foi importada do Iémen. Esta solução era simultaneamente engenhosa e racista; os trabalhadores eram judeus, mas também árabes que podiam ser empregados como mão-de-obra barata. A sua história é uma triste história de pessoas contratadas temporariamente num colonato e depois afastadas. Tinham sido enganados, e acabaram por ser enfiados em bairros miseráveis nas imediações das novas cidades judias em desenvolvimento no coração da colónia sionista⁽¹⁷⁾. Os líderes políticos tinham de gerir a dupla questão da alta política e do desemprego. Com a ocupação britânica, a aquisição de terra e o combate ao desemprego seriam combinados numa tentativa colonialista de tirar terra e empregos à população local para os dar ao número crescente de imigrantes judeus.

O sionismo entrou confiante no século xx, não só construindo cidades, criando colonatos e lançando impostos mas também proporcionando um sistema monetário independente que em anos vindouros canalizaria o fluxo de capital judeu para projectos sionistas na terra da Palestina. Devido à instabilidade da economia fiscal e monetária local, os imigrantes necessitavam também da sua própria base financeira. A moeda no final do período otomano era turca, mas o valor de algumas moedas variava em diferentes partes da Palestina. O investimento era simultaneamente errático e inseguro, sendo vulnerável a manipulações bancárias. Existiam bancos estrangeiros na Palestina antes do final do século, mas os sionistas foram os primeiros a abrir um banco com sede local. Fundaram igualmente cooperativas de crédito no início do século xx.

É difícil de reconstituir a percepção local do projecto sionista em desenvolvimento. Embora não chegassem aos cinquenta mil naquela altura, os sionistas antagonizavam a população em geral, sentimento que encontrou expressão em resistência física por parte dos palestinianos. Os colonos defendiam-se, e mais tarde descobriram que a força militar podia ser usada para alcançar importantes objectivos, incluindo objectivos não defensivos. Contudo, na comunidade rural palestiniana os efeitos do sionismo somente viriam a fazer-se sentir após a Primeira Guerra Mundial, embora alguns líderes de comunidades locais já desde a década de 80 pressentissem o perigo e a desestabilização decorrentes da imigração de judeus. Na verdade, para a maior parte da população da Palestina o sionismo não passava ainda de uma tempestade num copo de água. As colónias judaicas eram em pequeno número e somente um punhado de aldeias palestinianas já tinha entrado em contacto com elas. Esta visão pastoral do mundo devia muito ao predomínio da vida rural, e só com a Primeira Guerra Mundial e o ímpeto sionista de aquisição de terras é que a população rural testemunhou acontecimentos que alterariam de forma irreconhecível a sua vida.

A Palestina na sequência da revolução dos Jovens Turcos (1908-1916)

Em 1908 os Jovens Turcos, um grupo de oficiais e estudantes anti-otomanos, iniciaram o processo de derrubamento de Abdul Hamid. Ao princípio encararam a possibilidade de substituir o império por uma república liberal, mas não tardaram a ceder ao poder inebriante do nacionalismo romântico e à admiração pelas forças de um governo centralista moderno. No final de 1908 os Jovens Turcos conseguiram obrigar Abdul Hamid a restaurar a constituição e a convocar de novo o parlamento, que ele suspendera ao chegar ao poder em 1876. Porém, o êxito do novo regime constitucional foi imediatamente minado por uma série de perdas territoriais em proveito dos rivais do Império nos Balcãs e noutras zonas. Abdul Hamid tentou, sem êxito, explorar estes desastres numa contra-revolução em Abril de 1909. Um mês depois, o exército dos Jovens Turcos entrou em Istambul, destronou o sultão e pôs efectivamente fim ao domínio otomano.

Os Jovens Turcos ilegalizaram todas as associações do mundo árabe que pretendessem promover a autonomia ou independência árabes. Estas associações passaram à clandestinidade e aumentaram o número dos seus apoiantes recrutando professores, estudantes e oficiais do exército. Alguns deles eram da Palestina, e todos se sentiam inspirados pelo sonho de uma entidade árabe unida e independente. Os Jovens Turcos reagiram com uma política de turquização cujo objectivo era impor uma nova identidade nacional turca a todos quantos vivessem no cada vez mais pequeno Império Otomano. Esta política era acompanhada por fortes tendências seculares, quase raiando a separação da religião e do Estado.

Tanto os notáveis como os intelectuais se depararam com uma nova situação resultante da revolução dos Jovens Turcos de 1908. Entre a elite local palestiniana, a geração mais velha sentia-se no mínimo pouco entusiástica perante a súbita mudança do seu mundo. O secularismo minava a sua posição religiosa, a abolição do sultanato enfraquecia a influência dos que professavam lealdade pessoal ao sultão e o nacionalismo turco não podia oferecer nada de positivo aos que eram considerados árabes. De certa forma, este tomar partido criou um fosso geracional no seio das principais famílias urbanas da Palestina. A velha guarda pretendia manter-se afastada da política, a geração mais nova ambicionava um papel mais activo. Alguns sentiam-se motivados pelo zelo revolucionário dos Jovens Turcos, mas a maioria queria ser a vanguarda do embrionário movimento nacional árabe. Por consequência, alistaram-se nas várias organizações nacionais em actividade na Grande Síria. Estas organizações não puderam emergir como partidos oficiais até ao final da Primeira

Guerra Mundial, que marcou igualmente o surgimento das primeiras organizações nacionais palestinas oficiais. Anteriormente os palestinos que acalentavam ideais nacionalistas faziam-no de forma secreta e correndo riscos. Em 1912 o governo turco decretou que só existiria uma identidade nacional no império — a turca. Os activistas da política nacionalista, muitos deles diplomados das escolas otomanas e das escolas privadas cristãs, rejeitaram este ditame, mas pouco fizeram para expressar o seu ressentimento.

Os anos imediatamente subsequentes à revolução de 1908 foram um ponto de viragem para a elite social local. Em 1930, o líder palestino Jamal al-Husayni, discursando numa conferência da Central Asian Society [Sociedade da Ásia Central], em Londres, afirmou que para pessoas como ele o ano de 1908 representara não somente o fim do domínio otomano em Istambul mas também o fim da era otomana na Palestina. Nas suas palavras, a «Liberdade da Palestina» ocorrera nesse momento. Uma avaliação mais correcta teria apontado como o ponto de viragem inequívoco no sentido do nacionalismo palestino o ano de 1912, quando um golpe no interior do regime dos Jovens Turcos provocou a ascensão do turquismo anti-árabe⁽¹⁸⁾.

A energia política dos Jovens Turcos não afectou somente a elite urbana muçulmana, mas também todos os grupos urbanos de cristãos e judeus veteranos. O renascimento de Abdul Hamid como islamista fundamentalista perto do final do seu reinado provocara o receio de uma mudança radical para pior no estatuto dos notáveis cristãos e dos habitantes urbanos judeus, o qual até então tinha vindo a melhorar. Com o seu secularismo declarado, os Jovens Turcos pareciam prometer um modo de vida mais relaxado e melhores hipóteses de participação política. Na Palestina, a velha *millet* judaica adaptou-se imediatamente ao Estado secular, enquanto a elite cristã, em particular os intelectuais, estava já a absorver lentamente e a articular de forma vaga uma consciência nacional árabe. Foram prontamente acompanhados neste processo por membros das famílias *a'ayan*, a elite social muçulmana.

Contudo, ocorreu uma outra reacção anti-turca, da parte cristã. Foi um produto do sistema educativo anglicano, que motivara os cristãos a procurar a identidade numa nova civilização muçulmana secular árabe na qual o nacionalismo uniria os grupos religiosos, ao contrário do mundo otomano, que os dividira. Islamistas reformistas e outros membros da elite intelectual muçulmana sofreram um processo similar, também influenciado pelo nacionalismo turco declarado dos Jovens Turcos. A guerra proporcionou uma oportunidade para este nacionalismo intelectual se reclamar representante de um movimento político de massas à cabeça de uma coligação antiturca. Damasco era o dinâmico centro intelectual da Síria e funcionava como um íman para todos quantos na Palestina, cristãos ou muçulmanos, pretendessem redefinir-se em termos nacio-

nais seculares e preparar-se para um futuro pós-otomano em que as elites árabes locais teriam a última palavra nos assuntos das suas sociedades.

Durante a Primeira Guerra Mundial, este novo envolvimento político, na maior parte dos casos ainda clandestino e praticado a coberto de clubes culturais e literários, deve ter sido uma experiência excitante para as elites urbanas locais. A cidade era o centro, na realidade o território exclusivo, no qual estes novos jogos se jogavam. Mas a maior parte dos habitantes das cidades não pertencia às elites nem tinha força ou organização suficientes para dar peso ao processo de politização. A sua vida não mudou devido aos políticos, mas devido aos engenheiros, construtores e capitalistas. Encontraram novos modos de ganhar a vida no âmbito das novas infra-estruturas de serviços oferecidas pelas cidades no início do século xx: caminhos-de-ferro, esgotos, manutenção do fornecimento de luz e água. Não havia nada de particularmente «palestino» neste estilo de vida. Somente após a Primeira Guerra Mundial a luta existencial por uma vida razoável passou a ser associada pelas populações locais à luta contra o sionismo ou os ocupantes britânicos. Quando tal aconteceu, o discurso político tornou-se mais acessível e relevante para a maioria.

Contudo, ocorreu de facto uma mudança entre as pessoas comuns na Palestina urbana. A política local, diferentemente da nacional, tornou-se um palco onde os habitantes das cidades, não necessariamente pertencentes à elite, podiam desempenhar um papel. Os habitantes das cidades pareceram descobrir a importância de organismos legislativos e representativos, especialmente dos conselhos das cidades, a que tinha sido insuflada nova vida após a revolução dos Jovens Turcos, ocasião em que fora demonstrado mais interesse do que nunca pelo bem-estar das populações locais. A imprensa local palestina da época dá a impressão de que o «povo» reclamava melhores serviços municipais.

Esta imprensa foi ela própria uma característica nova da cena social e política na Palestina sob os Jovens Turcos e desempenhou um papel progressista na transformação da sociedade, embora a sua sobrevivência fosse precária e dependesse da riqueza dos seus proprietários. Num caso, a imprensa noticiou que o grupo misterioso a que chamava «o povo» exigia que o governador e a câmara de Jerusalém intervissem na questão do aumento dos preços dos bens essenciais, sendo o pão um deles. De facto, tratava-se de uma exigência de alargar os termos de referência do conselho. Talvez tenha tido a sua origem em membros do conselho que falavam em nome do povo; é duvidoso que indicasse uma atitude mais receptiva por parte dos notáveis. O conselho estava autorizado por lei a supervisionar o preço do pão (como a maior parte das pessoas cozia pão em casa, esta prerrogativa não era uma concessão significativa por parte do governo). Outros bens não se encontravam sob a supervisão

do conselho e os seus preços subiam e desciam de forma desordenada. Foi introduzida alguma supervisão em consequência desta queixa ⁽¹⁹⁾. Pode constatar-se através da imprensa de Jerusalém que não se tratava necessariamente de uma luta de poder entre o conselho e o governador. Em 1914 a imprensa fez-se eco das primeiras críticas vindas do povo à corrupção do governador e à negligência do município. Ambos eram acusados de explorarem o orçamento da cidade em seu próprio benefício. O conselho foi criticado pela deficiente manutenção dos sistemas de fornecimento de água e esgotos ⁽²⁰⁾.

A imprensa dava também a impressão de que a atitude hostil do governador turco para com os estrangeiros nem sempre era partilhada pelos membros do município ou por aqueles cujo ganha-pão estava dependente dos turistas. O jornal *al-Quds* fez uma clara distinção entre turistas e visitantes mais permanentes. Os primeiros, em particular, eram agora calorosamente acolhidos: «Os turistas são bem vindos», declarava, «[já que] proporcionam negócio aos guias turísticos, lojistas, etc.» Contudo, estes casos eram excepcionais; os palestinos urbanos normais estavam ainda muito longe de terem uma palavra a dizer sobre o seu próprio bem-estar social e económico ⁽²¹⁾.

Também as mulheres — mas somente as que pertenciam à elite — começaram a tentar modificar a sua vida. No início do século, organizaram-se pela primeira vez com base no sexo. Era um pequeno passo, mas constituía uma indicação de que a politização das elites se alargava às mulheres, e presumivelmente também à vida no seio das famílias da elite. As mulheres trabalhadoras eram recrutadas somente dentro da nova comunidade sionista, mas até mesmo aqui era mais abundante a retórica do que uma mudança fundamental nas relações entre os sexos. Ironicamente, nos sectores menos prósperos da sociedade, o aumento do número de rendeiros resultou em melhorias de outro tipo na vida das mulheres. O sistema de arrendamento alterou a distribuição tradicional do trabalho, embora não moderasse o papel dominante do marido no seio da velha estrutura patriarcal da família ⁽²²⁾. Uma das suas manifestações consistiu em as mulheres e os homens passarem a fazer os mesmos trabalhos com o mesmo horário. Embora esta igualdade não libertasse as mulheres das suas tarefas domésticas, expô-las ao mundo fora dos seus lares.

É igualmente possível afirmar que 1908 marcou um novo início para as crianças na Palestina. A mudança não dependeu tanto de decisões dos seus pais quanto da transformação vinda de cima, como por exemplo quando a educação se tornou mais universal e secular sob os Jovens Turcos. Embora ainda severa (os castigos corporais mantiveram-se a norma na Palestina na primeira metade do século), a educação funcionava como uma preparação alternativa para o trabalho no mundo adulto. No entanto, o seu progresso foi temporário, visto que elas foram as principais vítimas da Primeira Guerra Mundial.

No período muito curto em que os Jovens Turcos governaram a Palestina, verificou-se um substancial investimento no mundo das crianças. Esta tendência já se iniciara na última fase do período otomano, com as entusiásticas reformas educativas de Abdul Hamid. De forma geral, os otomanos controlavam o sistema educativo ⁽²³⁾. Contudo, os palestinos locais intervinham mais na supervisão das escolas, já que os notáveis e dignitários religiosos pertenciam aos conselhos que dirigiam as escolas em cada subdistrito. Em Gaza, por exemplo, o mufti local liderava o conselho educacional, tendo já sido mencionada a introdução da educação feminina em Jerusalém por Ismai'l al-Husayni.

Sob os Jovens Turcos a educação era gratuita, o que pouco significava no caso da *sanjaq* de Jerusalém, onde a maior parte da educação se encontrava nas mãos de missionários estrangeiros, que não eram subsidiados pelo governo. Como pertenciam à *vilayet* de Beirute, os distritos de Acre e Nablus beneficiavam mais desta política. Os Jovens Turcos impuseram um imposto especial aos habitantes das aldeias e cidades para a construção de novas escolas. Apesar do seu zelo quase fanático de turquização, os Jovens Turcos expandiram o estudo da língua árabe nas escolas para se oporem à atracção das associações nacionalistas secretas e apoiarem a sua reivindicação de representarem a genuína cultura árabe ⁽²⁴⁾. As associações, ironicamente, conseguiram explorar o novo currículo para incrementar a consciência nacional. Em 1913, os legisladores turcos reagiram contra este incremento do nacionalismo com novos decretos centralizadores que lhes concediam a supervisão directa do sistema escolar.

No final de 1914, existiam noventa e cinco escolas primárias na Palestina e três escolas secundárias, o equivalente do *lycée* francês, em Acre, Nablus e Jerusalém. Pouco mais de duzentos professores ensinavam nove mil alunos, 10% dos quais eram do sexo feminino ⁽²⁵⁾. O sistema tradicional, o *kutab*, encontrava-se ainda em funcionamento, com cerca de trezentas escolas e oito mil alunos, cento e trinta do sexo feminino.

Durante a Primeira Guerra Mundial o sistema escolar ficou num estado de caos; no entanto, o governo turco decidiu nessa altura construir uma escola *sultaniyya*, semelhante a um colégio americano, na qual o árabe era a língua de ensino e o turco apenas uma opção especial. Esta escola transformou-se num colégio de formação de professores. Jamal Pasha, o governador da Palestina, manifestou um interesse especial pela escola e assegurou pessoalmente a aquisição de equipamento laboratorial na Alemanha. Foi construída num mosteiro de Jerusalém e assinalou o último contributo turco para a cultura e sociedade da Palestina após quatrocentos anos de domínio ⁽²⁶⁾.

Para não ser dada a impressão de que o período dos Jovens Turcos constituiu um passo abrangente na direcção de uma Palestina diferente, deve sublinhar-

-se que o principal actor deste livro, a sociedade em geral, não foi afectado pela alta política. Para além dos estrangeiros e de algumas famílias notáveis nas principais cidades, os camponeses e proprietários agrícolas não se interessavam pelos assuntos de Istambul. Nos anos entre a revolução e o eclodir da Primeira Guerra Mundial, os palestinianos que não pertenciam à elite política defrontavam-se com outros problemas. Provavelmente eram velhos problemas, mas aparecem nos livros de história como novos porque a Palestina se abriu mais ao mundo naquela época e, por consequência, ficou mais acessível aos historiadores. Por exemplo, parece ter-se registado um maior número de epidemias na Palestina após a revolução do que anteriormente. Assim, enquanto o secularismo turco, o colonialismo judeu e o nacionalismo palestiniano faziam sentir a sua presença na Palestina naqueles primeiros anos do século XX, para a maioria das pessoas os episódios anuais de cólera e peste continuaram a ser uma parte muito mais significativa das suas vidas. Em 1910, as áreas à volta de Jerusalém foram gravemente atingidas por uma praga de gafanhotos. A infestação seguiu-se a um Inverno rigoroso nas montanhas de Jerusalém. Em 1912, uma epidemia de cólera afectou severamente a cidade de Haifa e seus arredores. Um jornal local judeu noticiou que todas as pessoas de Haifa viveram em tendas durante a epidemia. Mas estes acontecimentos não passaram de ensaios para dois anos ainda piores, 1915 e 1916, um período em que os desastres naturais foram suplantados por acções humanas, que trouxeram mortandade, fome e desemprego sem precedentes. Nesta catástrofe humana, as aldeias desenvencilharam-se melhor do que as vilas, e as grandes cidades densamente povoadas como Jaffa e Jerusalém foram as que sofreram os horrores de uma guerra travada entre potências estrangeiras em solo palestiniano ⁽²⁷⁾.

O eclodir da guerra destruiu os primeiros rebentos de melhorias sociais e económicas experimentadas por uma parcela significativa da população. Os cidadãos otomanos noutras partes do império tinham igualmente exigido um maior quinhão da política e do sistema de segurança social. Grupos específicos da Palestina tinham-se tornado mais assertivos e críticos. As mulheres lutavam por posições políticas e as crianças beneficiavam de um nível de alfabetização mais elevado. A guerra, inicialmente uma questão europeia, travada nos Balcãs e na Europa Ocidental, demorou meio ano a chegar à Palestina, trazendo a fome e a morte, cujas vítimas, para além dos soldados estrangeiros, foram os habitantes das cidades da Palestina, especialmente as crianças ⁽²⁸⁾.

A Palestina na Primeira Guerra Mundial

A notícia do eclodir da guerra foi recebida com indiferença na Palestina, tanto por muçulmanos como por cristãos e judeus. O jornal *Filastin* comentava: «Que os europeus lavem a sua roupa suja. A nossa roupa suja lavá-la-emos nos Balcãs» (ou seja, os Balcãs eram um problema turco). Em Dezembro de 1914, contudo, o Império Otomano abandonou a sua posição de neutralidade e aliou-se à Alemanha e à Áustria-Hungria na guerra. Um grande número de soldados começou a chegar à Palestina, transformando as suas cidades em enormes acampamentos militares. Para a maior parte dos habitantes das cidades, este foi o início de um período terrível. Os militares, quais gafanhotos, consumiam tudo o que encontravam à sua passagem, incluindo a parca riqueza e os poucos alimentos que a população possuía. A Palestina começou a passar fome, mas todos os protestos foram silenciados.

Os bancos fecharam as portas, impedindo aos titulares de contas o acesso ao dinheiro. As pessoas tiveram de suportar subidas de preços a níveis sem precedentes, particularmente os preços de bens de primeira necessidade como farinha, petróleo e açúcar. A importação de alimentos interrompeu-se completamente e os bens essenciais tornaram-se tão dispendiosos que ninguém podia comprá-los. O desemprego aumentava desenfreadamente. A comunidade judaica de Jaffa demonstrou a sua força ensinando outros judeus a adoptarem uma campanha de auto-suficiência e solidariedade. Esta campanha tinha um âmbito admirável, já que incluía a imposição de impostos aos mais ricos, trabalho para os desempregados e a organização de assistência médica ⁽²⁹⁾. Somente as pessoas muito ricas podiam manter um estilo de vida aceitável, particularmente os que possuíam dinheiro em moeda britânica.

Do povo da Palestina esperava-se que ocultasse o seu desespero. Líderes muçulmanos, cristãos e judeus eram recrutados pelos turcos para exprimirem o seu apoio incondicional ao governo em frequentes comícios realizados desde o início da guerra ⁽³⁰⁾. Quem não manifestasse o seu júbilo em público, apesar das provações por que passava, arriscava-se a sofrer os efeitos da ira de Jamal Pasha. Na memória colectiva de judeus e árabes, este homem e as suas acções são sinónimos dos males da guerra. Jamal era uma das pessoas com mais poder em Istambul e um dos fundadores do movimento dos Jovens Turcos. Foi nomeado comandante-chefe do esforço de guerra turco no Médio Oriente no período imediatamente antes do início dos combates. Tinha a sua base de operações em Damasco e visitava frequentemente a Grande Síria. O seu governo é recordado como uma época de brutalidade, a que a Palestina não foi poupada. Sempre que Jamal Pasha visitava a Palestina, insistia em ser recebido por grandes multidões como se fosse o salvador do povo comum. Era sempre visto

na companhia do comandante supremo das forças alemãs, o general von Schellendorf, um espectáculo que deve ter reforçado a percepção de um domínio estrangeiro por todos quantos tinham optado por se lhe opor em nome do nacionalismo árabe.

Uma das principais tarefas de Jamal Pasha consistia em recrutar jovens para o exército. Antes da Primeira Guerra Mundial, apenas um número muito reduzido de árabes palestinianos tinha realizado serviço militar obrigatório no exército otomano ⁽³¹⁾. Com o prolongamento da guerra, a necessidade de mais soldados tornou-se premente, mas poucos jovens palestinianos se mostravam interessados, apesar da presença aterradora de Jamal. A sua atitude para com os desertores era implacável. Em 1914 ordenou o enforcamento público em Jerusalém de três desertores, um muçulmano, um cristão e um judeu, e as execuções em massa prosseguiram durante dois anos. Os judeus e os cristãos evitavam o serviço militar pagando o *badaliya* (um imposto cobrado para evitar o serviço militar obrigatório durante o período otomano), mas os que não pagavam eram considerados desertores e forçados a esconderem-se.

Os muçulmanos foram vítimas de mais uma das cruzadas pessoais de Jamal. Ele demonstrava uma paranóia crescente em relação às associações secretas de nacionalismo sírio e árabe. Os notáveis suspeitos, justa ou injustamente, de estarem associados a estes grupos eram acusados de traição e executados. Por qualquer razão, talvez em parte porque a sua mulher era judia, Jamal mostrava-se mais benevolente para com os colonos sionistas do que para com a elite muçulmana urbana.

Tal não equivale a dizer que a posição turca na guerra era considerada inaceitável. Um traço da política turca, em particular, foi bem acolhido: a abolição das capitulações europeias. Estas consistiam principalmente em concessões comerciais e privilégios judiciais concedidos a europeus e também a cristãos e judeus locais nos últimos anos do domínio otomano. A expansão do estatuto capitulatório minara o carácter muçulmano do país e a posição dos muçulmanos nele. Até mesmo líderes sionistas como Yizhak Ben-Zvi (que viria a ser o segundo presidente do Estado de Israel) ergueram a sua voz contra as capitulações. Mas a maioria dos sionistas, como por exemplo o líder do movimento clandestino pró-britânico e fundador da agronomia sionista, Aharon Ahronson, via a sua abolição como uma medida indesejável que «permitiria a qualquer engraxador árabe sentir-se igual...» ⁽³²⁾.

De certa forma, Jamal Pasha estava a perseguir o grupo errado. Numa análise retrospectiva, é provável que as actividades antitúrcas de Ahronson na Palestina tenham causado mais danos ao esforço de guerra turco do que as dos palestinianos. Ao princípio Ahronson ofereceu os seus serviços aos turcos, uma atitude que se inseria no objectivo dos colonos de alinharem com o lado

vencedor na Palestina. Quando estes foram rejeitados, encontrou nos britânicos todo o interesse em aceitar a sua oferta de assistência na recolha secreta de informações, o que estreitou ainda mais os laços entre o sionismo e os britânicos. O sentido de oportunidade dos sionistas foi perfeito, como continuaria a ser durante todo o período do Mandato. Esta prática na recolha de informações e na vida militar beneficiou os sionistas ainda de outra forma, ao contribuir para dar forma à força militar da comunidade judaica na Palestina. Esta infra-estrutura embrionária transformar-se-ia na década de 20 numa notável organização de defesa que permitiria à comunidade assumir por fim a sua autonomia, independentemente dos britânicos ⁽³³⁾.

Como é evidente, existia uma maioria silenciosa da população que não estava envolvida na guerra. Ao princípio os turcos pareciam encaminhar-se para a vitória, o que fez com que parecesse prudente mostrar-se passivo para sobreviver à ditadura de Jamal Pasha. Em Abril de 1915, a vitória de Gallipoli foi celebrada em toda a Palestina. Mas seguir-se-iam imagens mais tristes. As estradas encheram-se de *tabur amliyah*, os batalhões de vítimas de trabalhos forçados que eram enviados para sul para labutarem em condições inumanas ao serviço do exército turco. Estes batalhões pavimentaram estradas e desbastaram as florestas a tal ponto que, no final de 1915, a Palestina se tornou uma terra nua. A madeira foi utilizada para a construção de linhas de caminho-de-ferro para o sul, para onde Jamal planeava transferir a maior parte da sua força militar em preparação para a invasão do Egipto através da Península do Sinai. Nada foi poupado; carvalhos, cedros e oliveiras desapareceram, para não mencionar a variedade de grande beleza que ofereciam as florestas naturais. Foi um acto de aniquilação que destruiu a fonte de subsistência de muitos palestinianos. A destruição foi em vão. Os exércitos de Jamal foram derrotados e as linhas de caminho-de-ferro vieram a ser usadas dois anos mais tarde pela Força Expedicionária Britânica vinda do Egipto sob o comando do general Allenby. No entanto, deve mencionar-se em abono de Jamal Pasha que este general imprevisível tinha impulsos de humanidade inexplicáveis. Quando uma praga de gafanhotos destruiu a colheita de trigo, ele fundou uma companhia de comercialização de produtos de mercearia em benefício de todos os habitantes, para combater a especulação de preços. Contudo, a fome foi de uma magnitude sem precedentes na história da Palestina, e até 1917 assolou em particular as cidades. Nesse ano, só em Jerusalém morriam de fome 300 pessoas por mês.

A guerra terminou por fim e com ela as privações, as execuções e a mortandade. Adiarda mas não fizera cessar o lento processo de mudança que se iniciara na Palestina já no século XIX mas foi mais significativo entre 1908 e 1918. Iniciara-se com a substituição do Império Otomano por um Estado secular na sequência da revolução e com a transferência do centro de actividade

sionista da Europa para a Palestina. Culminou na Primeira Guerra Mundial, a «Grande Guerra», e na ocupação britânica. Esta última ocorrência resultou na política britânica de apoio ao movimento sionista, em que a Grã-Bretanha partilhava a visão da Palestina como um lar judaico.

O futuro político da Palestina foi determinado sem qualquer participação local no debate. As intensas negociações coloniais sobre a estrutura e desenvolvimento do país moveram-se em três direcções separadas. A primeira era a ligação hachemita. As políticas anti-árabes e anti-islâmicas dos turcos originaram reacções antiturcas por parte de personalidades religiosas do mundo árabe tais como o Sharif Husayn de Meca, Guardiã de Meca e Medina, as duas cidades santas do Islão no Hejaz, e dos vários membros das associações secretas árabes.

Os hachemitas eram notáveis, descendentes do profeta Maomé. A família tinha fortes laços com Abdul Hamid, mas estes laços deixaram de lhe ser úteis quando os Jovens Turcos subiram ao poder. Desde o início os Jovens Turcos tornaram claro que preferiam controlar Meca e Medina directamente, e em 1908 ameaçaram depor o Sharif Husayn. Não admira que quando os britânicos, com a ajuda do lendário T. E. Lawrence, contactaram o Sharif e lhe propuseram uma aliança antiturca, o chefe da família hachemita não tenha hesitado. Contudo, insistiu em definir as contrapartidas. No final de 1915 e durante os primeiros meses de 1916, estabeleceu-se uma correspondência entre o Sharif Husayn e o alto-comissário britânico no Egipto, Sir Henry McMahon, na qual foi prometido aos hachemitas um papel de liderança no novo Médio Oriente. Em troca, eles encabeçaram uma revolta árabe contra os turcos em 1916.

Contudo, os britânicos não tinham sido francos para com os hachemitas, que desconheciam que os britânicos tinham outros planos para o Médio Oriente. Estes planos tinham sido congeminados com os franceses em 1912 e constituíam o segundo eixo em torno do qual se desenvolveu a política na região. Nessa altura, a Palestina era considerada uma zona-tampão de protecção do Canal de Suez, sendo a sua ocupação complementar da anexação da Península do Sinai ao Egipto, que fora levada a cabo pelos britânicos em 1906. A Palestina era discutida como parte da hipótese diplomática que envolvia as potências europeias, as quais se enredaram em alianças e contra-alianças pré-bélicas. Esta teia de tratados envolvia profundamente as potências europeias nos Balcãs, uma parte do Império Otomano que gradualmente se tornou independente com o auxílio das potências europeias, particularmente da Rússia, França e Grã-Bretanha. Contra este trio, a Alemanha e o Império Austro-Húngaro continuavam a apoiar a presença otomana na região, ou pelo menos preferiam tê-la sob o seu controlo. Por consequência, com a intensificação da rivalidade e hostilidade entre as potências germânicas e os Aliados (Grã-Bretanha, França

e Rússia), o Império Otomano aproximou-se das primeiras. Os otomanos necessitavam do auxílio germânico contra as tendências expansionistas do tsar. A Rússia procurava ainda uma saída para um mar quente (o seu oceano setentrional permanecia gelado durante a maior parte do ano), pois cobiçava uma posição superior no continente. Os seus planos de guerra incluíam a ocupação da Anatólia, o coração do Império Otomano. Este equilíbrio de potências significava que o Médio Oriente árabe-otomano era palco potencial de um confronto europeu, o que acabou por se verificar na Primeira Guerra Mundial.

Em 1912 os britânicos e os franceses ainda não tinham discutido a partilha dos despojos caso ganhassem a guerra. Previram uma configuração política diferente para o Médio Oriente árabe através do estabelecimento de novas entidades políticas em substituição das províncias otomanas. Assim, a Síria, o Iraque e a Palestina transformar-se-iam em entidades políticas, a que mais tarde se viriam juntar o Líbano e a Transjordânia. Quando a guerra começou por fim, a França e a Grã-Bretanha avançaram com a aplicação do seu plano de tomada do Médio Oriente árabe. Num encontro em Maio de 1916, Sir Mark Sykes, do Foreign Office britânico [Ministério dos Negócios Estrangeiros], e o seu homólogo do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, George Picot, dividiram entre si o Médio Oriente árabe em duas esferas de influência e em novas entidades políticas.

Esta divisão violava as promessas feitas pelo governo britânico ao Sharif Husayn. Nas suas cartas Husayn declarara que pretendia um reino alargado, para si e para os seus quatro filhos, e possivelmente também para representantes do embrionário movimento nacional árabe, em todas as antigas províncias árabes do Império Otomano. Os britânicos concordaram em princípio, mas avisaram Hussein de que em certas áreas, que definiram vagamente, tinham de ter em consideração outros interesses, tais como os dos franceses e das minorias não árabes. Estas considerações transformaram-se nos principais critérios do Acordo Sykes-Picot.

Sob a pressão dos acontecimentos políticos, Husayn prestou pouca atenção a estas ressalvas. Veio a descobrir posteriormente que o Acordo Sykes-Picot retirava uma parcela considerável da zona que, tanto quanto sabia, tinha sido designada como parte dum futuro reino hachemita. Um número considerável de historiadores concorda que Husayn foi ludibriado. T. E. Lawrence partilhava a sensação de humilhação dos hachemitas, e nas últimas etapas da guerra tentou alargar a área hachemita à custa da esfera de influência francesa, mas sem resultados. Lawrence foi responsável pela tentativa de proclamar rei da Grande Síria (a incluir a Transjordânia, a Palestina e o Líbano, para além da Síria) um dos filhos de Husayn, Faysal. Esta tentativa foi frustrada pelo Foreign Office britânico, que preteriu o acordo com forças árabes locais em favor da aliança

anglo-francesa. Assim, ao abrigo do Acordo Sykes-Picot, a Grã-Bretanha permitiu às forças francesas que entrassem no Líbano em 1918 e daí invadissem a Síria em 1920, expulsando o pequeno exército de Faysal e pondo fim ao seu curto reinado.

Os hachemitas compreenderam ainda antes do final da guerra que tinham sido enganados. Os bolcheviques, que derrubaram o Império Russo em Novembro de 1917, tornaram públicos acordos secretos dos quais o governo russo tinha sido parte. Um desses documentos era o Acordo Sykes-Picot, já que este implicava conceder aos russos, para que eles não levantassem objecções, alguns territórios da Arménia e do Norte da Anatólia. A contradição entre o Acordo Sykes-Picot e a correspondência Husayn-McMahon passou a ser do conhecimento público.

Embora ao princípio estes acontecimentos não parecessem afectar o destino da Palestina, com a Declaração Balfour, o terceiro aspecto da estratégia colonial para a Palestina, a relação tornou-se extremamente evidente. Só passado algum tempo os hachemitas e os palestinianos tomaram conhecimento da promessa feita pelo governo britânico de construir uma pátria para os judeus na Palestina, mas quando o souberam apressaram-se a averiguar se tal impunha uma limitação adicional às promessas feitas a Husayn.

A Declaração Balfour integrava-se numa tentativa britânica de revisão de uma proposta anterior de governar a Palestina conjuntamente com a França. Em Novembro de 1917 as forças britânicas já ocupavam a Palestina; não existia um único soldado francês na região. Os britânicos detinham o poder de facto, sem qualquer intenção de o partilharem fosse com quem fosse. O Acordo Sykes-Picot não se aplicava à Palestina, onde os britânicos se mantiveram até 1948.

No início da guerra, a liderança sionista rapidamente tinha tentado persuadir o governo britânico de que o estabelecimento de uma colónia judaica na Palestina constituía um superior interesse britânico. Em Londres, políticos tais como Herbert Samuel e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Arthur Balfour, encarregaram-se de auxiliar o novo presidente do movimento, Haim Weizmann, a levar a cabo a sua campanha de propaganda. Por fim conseguiram obter uma mudança na política britânica. O seu maior êxito traduziu-se na organização de um grupo de pressão estável integrado por personalidades públicas judias e não judias e centrado na família Rothschild. Em 1916 o governo encetou negociações oficiais com os chefes do movimento sionista. Em 2 de Novembro de 1917, lorde Balfour declarou o empenho britânico no estabelecimento de um lar judaico na Palestina.

O que levou o governo britânico a apoiar a causa sionista? Os documentos da época revelam que um factor central na sua decisão foi o importante papel

que os seus ministros atribuíam aos judeus da Rússia na formulação de um novo governo tsarista reformista. Sem a Rússia havia poucas esperanças de conseguir cercar a Alemanha de Estados inimigos, estratégia que, esperava-se, levaria a Alemanha a render-se. O governo britânico contava que os judeus russos se tornassem agentes de propaganda pró-britânica que persuadiria o governo tsarista a declarar claramente o seu apoio aos esforços dos Aliados para subjugar a Alemanha. Tratava-se de uma avaliação exagerada do papel dos judeus russos no império; não existe qualquer prova de influência judaica na corte do tsar da altura. O Foreign Office britânico tinha igualmente consciência da importância dos judeus no movimento bolchevique, e esperava que o apoio ao nacionalismo judeu contribuísse para criar um sentimento pró-britânico na organização bolchevique. Numa análise retrospectiva, os judeus bolcheviques eram a-nacionalistas; com toda a certeza não eram sionistas. As esperanças britânicas eram deslocadas.

Outros factores ainda animavam os britânicos nos seus esforços. Tanto os seus aliados como os seus inimigos davam sinais de estarem interessados em ligar o movimento sionista aos seus próprios interesses colonialistas, contribuindo assim para acelerar a decisão de Londres de publicar a Declaração Balfour. A acrescentar a este factor, uma visão pouco realista do papel dos judeus na definição da política americana contribuiu para a orientação pró-sionista britânica. O governo britânico aguardava ansiosamente um substancial auxílio financeiro americano para o seu esforço de guerra. Este auxílio, sob a forma de um empréstimo, fora adiado devido a objecções de um grande número de membros do Congresso. Finalmente, não deve excluir-se a possibilidade de cristãos devotos, como o primeiro-ministro britânico, David Lloyd George, serem motivados pelo desejo de facilitar o regresso dos judeus, de forma a desencadear a segunda vinda do Messias.

Em Novembro de 1917, o movimento sionista foi recompensado com a Declaração Balfour. Este documento prometia uma atitude britânica benevolente para com o estabelecimento de um lar nacional para os judeus na Palestina, desde que não colidisse com os interesses da população local. Assim, a lua-de-mel do nacionalismo árabe com a Grã-Bretanha durante a Grande Guerra não resultou na soberania árabe na Palestina, que passou a fazer parte do Império Britânico no Médio Oriente e continuou a ser, como sempre fora, a pátria da população indígena da Palestina. Esta população não estava interessada no imperialismo britânico, no colonialismo sionista nem mesmo num proto-nacionalismo local. Tal não evitou que viesse a tornar-se vítima destes três fenómenos.

Em resumo, as negociações sobre o futuro da Palestina produziram três documentos: a correspondência Husayn-McMahon, o Acordo Sykes-Picot e a

Declaração Balfour. Cada um deles incluía uma promessa à população local. Em linguagem ambígua, cada uma destas promessas contradizia as outras duas. A primeira associava o futuro da Palestina ao de um reino árabe hachemita no mundo árabe; a segunda propunha colocar a Palestina sob o domínio colonial anglo-francês; e a última considerava-a como um futuro Estado judeu. O único grupo representado neste jogo de alta política era a comunidade estrangeira na Palestina, que consistia agora em três grupos distintos: o mais importante era a colônia sionista; o segundo eram os Templários; e o terceiro os cônsules europeus e o seu meio social, que incluía visitantes a longo prazo originários dos países que aqueles representavam.

Para o movimento sionista, a Primeira Guerra Mundial constituiu um ponto de viragem. A Declaração Balfour e outras declarações similares dos Aliados acentuavam o sentimento predominante entre os líderes do movimento de que a história estava do seu lado. Por algum tempo durante a guerra, o projecto parecera encontrar-se em perigo. Pouco após a derrota dos turcos em El-Arish e a evacuação de Gaza no início de 1917, Jamal Pasha ordenara a evacuação da população de Jaffa no âmbito dos preparativos para um iminente desembarque britânico. Parece ter imposto a ordem de evacuação especialmente à população judia, assim como à pequena comunidade de judeus de Tel Aviv. No total, 9000 judeus pobres e esfomeados tiveram de abandonar as suas casas e empregos, só regressando dezoito meses mais tarde com a autorização dos novos ocupantes da Palestina, os britânicos.

Os sionistas não se deixaram desencorajar por estes contratemplos, tendo concentrado as suas energias na alta política. Para eles, as perspectivas retóricas e visionárias não tinham uma importância menor do que a sua aplicação. Leo Mozkin, um importante intelectual, ideólogo e líder do movimento sionista, resumiu a posição sionista quanto à questão da Palestina em 1918 de uma forma que foi aceite por quase todos os seus colegas da liderança do movimento. Baseava-se na suposição de um especialista alemão da época de que a Palestina poderia absorver seis milhões de judeus sem necessidade de expulsar a população local. O mesmo especialista declarara igualmente que muito dependia do consentimento dos árabes locais em viverem sob soberania judaica e uma futura maioria judaica. A expulsão não era, pois, considerada uma parte necessária do plano para um novo lar para os judeus, a não ser que o projecto sionista encontrasse resistência por parte da população local.

Contudo, a realidade sionista no terreno na Palestina estava longe de ser satisfatória. A comunidade a que os historiadores actualmente chamam o Yishuv (assentamento), um termo que seria utilizado durante o Mandato, sofrera duras provações com a guerra e a opressão turca. Era uma comunidade pobre, que passava fome em consequência da guerra. Tanto os judeus veteranos como os

recém-chegados mal conseguiam sobreviver à escassez de alimentos e à falta de bens essenciais. No final da guerra, o seu número reduzira-se a 60 000.

Este não foi o último acto no teatro do absurdo que se desenrolava na sequência da desintegração do Império Otomano. Entraram ainda em cena mais dois actores. Um deles era a família hachemita, representada por Faysal, o filho do Sharif Husayn, que se tinha instalado em Damasco à revelia do Acordo Sykes-Picot. Ainda antes do final das hostilidades no Médio Oriente, na Primavera de 1918, Husayn e a sua família tiveram de encarar a dura realidade das promessas violadas na era do imperialismo moderno. Os filhos de Husayn e as suas tribos tinham-se aliado às forças britânicas, dando o seu contributo para o esforço militar dos Aliados através de uma espécie de guerra de guerrilha na retaguarda das forças convencionais. Não alteraram a correlação de forças militar, mas o facto de Husayn, detentor de uma das posições mais importantes no mundo muçulmano, estar do lado britânico era importante para contrabalançar a tentativa turca de desencadear uma guerra santa com o auxílio dos muçulmanos da Índia. Inicialmente Husayn previra a partilha dos despojos



Figura 2. Uma família rural da zona de Ramallah no final da era otomana

entre os seus filhos. Atribuía Bagdad, e o território que lhe ficasse ligado, ao seu filho mais velho, Abdullah, e Damasco e anexos ao seu segundo filho, Faysal. Husayn tinha outros dois filhos, a quem prometeu posições no seu próprio reino do Hejaz. Em 1916 esta parte da Península Arábica tornou-se um Estado independente, reconhecido na conferência de paz de Versalhes em 1918.

O segundo actor eram os EUA, especificamente o presidente Woodrow Wilson, que em 1914 estipulara as condições para a entrada do seu país na política mundial, quer na paz quer na guerra. Wilson, que era democrata, pretendia desmembrar os impérios coloniais e conceder aos seus povos oprimidos o direito à autodeterminação. Como veremos, fazia as mesmas exigências para os povos que viviam na área dividida entre a Grã-Bretanha e a França como novas possessões coloniais.

Enquanto os tambores da guerra ressoavam em Damasco e no Cairo, a Palestina rural vivia, como desde há séculos, em colinas em socacos, nas encostas das montanhas e em novos locais cada vez mais próximos da costa. As aldeias, como as ilhas do Mediterrâneo dos nossos dias, eram pintadas de branco, adornadas com ornamentos em azul forte para afastar o mau-olhado e cercadas por árvores de fruto e buganvílias. No centro de uma aldeia típica, uma praça e uma mesquita funcionavam como ponto de encontro para o debate público e a interacção dos habitantes. O clã era ainda o ponto de referência dominante, muito mais do que a seita ou a religião. A comunidade continuava a ser patriarcal mas igualitária na sua atitude em relação à propriedade, abusiva no seu tratamento das mulheres e crianças mas incluindo mecanismos internos para a melhoria e a mudança. A principal fonte de sobrevivência da aldeia era ainda o campo de cultivo. Era uma existência modesta mas segura. Os abusos de poder, por parte quer de cobradores de impostos turcos quer de forças militares, eram suficientemente espaçados para permitirem um estilo de vida rotineiro.

As cidades da Palestina cresciam também a bom ritmo, permitindo a vários grupos melhorarem o seu estatuto e padrão de vida. As mulheres que pertenciam a famílias abastadas desfrutavam de melhores condições do que antes e os seus filhos tinham acesso a um nível razoável de educação. Tanto as cidades como as aldeias eram tão autónomas como aquando da ocupação otomana no início do século XVI. Esta autonomia entrincheirou a posição dominante dos notáveis da cidade na sua própria sociedade e em lugar destacado na memória de Istambul. Esta elite, constituída por diferentes categorias segundo a genealogia religiosa, a riqueza e a história, conseguia traçar um caminho próprio entre Istambul, as capitais regionais — Beirute e Damasco —, os intrusivos cônsules estrangeiros e as exigências da sociedade dentro e fora das muralhas

da cidade. Era uma Palestina perdida para os xeques rurais e para os chefes das tribos beduínas, que tinham compreendido mais cedo do que os outros, no século XIX, que, qualquer que fosse o significado de uma Palestina moderna, esta oferecer-lhes-ia poucas perspectivas de futuro. No entanto, talvez surpreendentemente, viria a ser encontrado um papel futuro na política, pelo menos para os xeques, como veremos nos próximos capítulos.